CRIAÇÃO DE CARGOS

Projeto é uma afronta ao funcionalismo e à população, afirma vereador

Projeto cria cargos comissionados, mesmo com concurso

RODRIGO SOARES / Redação DS

A maioria dos vereadores de Tangará da Serra aprovaram um Projeto de Lei que tem gerado grande repercussão no Município, principalmente entre o funcionalismo público. Trata-se da proposta 24/2019 de autoria do Executivo Municipal, que criou cargos comissionados na cidade, mesmo com a recente realização do concurso público.

Para o vereador Wilson Verta, que votou contra o Projeto de Lei, a proposta aprovada é uma afronta ao funcionalismo e à população. "Estou preocupado, ou melhor revoltado. Vejam bem, acabou-se de fazer concurso público, criar mais cargos comissionados é uma afronta ao próprio concurso público", enfatizou o parlamentar durante discussão do projeto, destacando que entre os cargos comissionados que foram criados, está o de coordenador do Cemitério Municipal, que terá a renda de R$ 3.588,00. "Aqui (no Projeto de Lei) diz que a criação de cargos comissionados se dá em virtude da necessidade. Se havia necessidade, porque não foi incluído no concurso público recente

Projeto foi aprovado pela maioria dos vereadores

> Estou preocupado, ou melhor, revoltado

realizado ou no seletivo? Causa muita estranheza, sou contra esse projeto de mais cargos comissionados", se posicionou.

Em um trecho do Projeto de Lei, a proposta cita que os futuros ocupantes dos cargos comissionados poderão permanecer em posições desconfortáveis durante longos períodos, podendo, ainda, trabalhar sob pressão e ocasionar estresse, fato que chamou a atenção de Verta.

"Isso o funcionalismo público sabe, trabalhar sob pressão e estresse. São características próprias dessa administração pública", alfinetou.

O vereador Rogério Silva, que votou favorável a proposta do Executivo, considerou a necessidade do Município contar com cargos de coordenação, tendo em vista que o Ministério Público realizou uma intervenção jurídica pedindo que a prefeitura suspendesse contratos com empresas terceirizadas há cerca de um ano. "Com isso, o município suspendeu os contratos e fez um teste seletivo, contratando trabalhadores de serviços gerais, manutenção nas unidades de saúde, etc. Para gerir essas equipes, são necessários coordenadores, que são os cargos que serão criados", explicou o vereador, relatando ainda, que os futuros contratados através dos cargos comissionados deverão ter ensino superior, o que explica o valor da renumeração. "Os trabalhadores terão que ser qualificados com ensino superior e inscrição no conselho a qual faz parte", justificou Silva.

VERBA

Faissal propõe que economia seja para Saúde e Educação

Assessoria

O deputado estadual Faissal (PV) apresentou na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, o projeto de Lei que institui o Fundo Parlamentar de Amparo à Saúde e Educação (FUPASE).

De acordo com a propositura, o objetivo é a complementação de recursos financeiros destinados a programas e projetos nas áreas da saúde e da educação.

A verba para custear o Fundo é proveniente de dotações orçamentárias próprias; receitas provenientes de verba indenizatória renunciada ou não utilizada pelos parlamentares.

O Fundo também pode receber recursos de transferências da União, de outros Estados e dos Município, além de doações de pessoas físicas ou jurídicas.

O projeto ressalta que o saldo positivo do Fundo Especial apurado em balanço no término de cada exercício será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Deputado Faissal